

Antônio de Pádua Ribeiro

Reflexões Jurídicas

Palestras, Artigos & Discursos

Brasília – 2000



BRASÍLIA JURÍDICA

Experiências de Vida

Quis o destino que estivéssemos aqui reunidos, nesta solenidade engalanada, para testemunhar a celebração da vossa colação de grau. A cerimônia é muito significativa, porquanto traduz a prevalência do trabalho sobre a indolência, da perseverança sobre a inconstância, da coragem de enfrentar desafios sobre a covardia dos omissos. Os caminhos escolhidos são árduos, mas são os únicos que vos levarão às regiões sublimes, onde pontificam os que realizam a sua vocação. Tenho a certeza de que, se continuardes a percorrê-los, ao seu final, terão a tranqüilidade de consciência e o privilégio de dizer como o Apóstolo Paulo: “Combati o bom combate, terminei a minha carreira e guardei a fé.”

Desejo-vos que este evento festivo, impregnado pelos eflúvios benfazejos da vitória alcançada, temperado pela lembrança de tantos acontecimentos acadêmicos, que borbulham no interior do vosso ser, não se restrinja a este instante feliz e, enquanto viverdes, seja sempre celebrado.

Agradeço-vos, comovido, a homenagem que me prestastes, escolhendo-me para dar nome a vossa Turma. Recebi a distinção como ato de generosidade praticado por jovens formandos, imbuídos de sublimes ideais, na certeza de que, mais que a mim, estais a homenagear o nosso Poder Judiciário. Vi, ainda, na honraria, sublime exteriorização de amizade e afeto pela vossa colega, Glória Maria, minha estimada filha, que tanta alegria me tem proporcionado.

Permiti que, com estes meus quase trinta anos consagrados ao Direito, possa transmitir-vos algumas reflexões, hauridas nos duros combates da existência, com a sinceridade daqueles que, no fundo da alma, querem ver-vos vitoriosos.

Alerto-vos, em primeiro lugar, para que não vos deixais enganar pelas aparências, pois os homens não são o que deveriam ser, mas, pelo contrário, loucura, injustiça, mentira e violência, vestindo cada um a máscara para esconder a sua verdadeira essência. Muitas vezes os homens de valor são pobres e os respeitáveis, desconhecidos; os honestos, desprezados, e aqueles de honestidade duvidosa e os criminosos, prósperos e estimados.¹ Não vos esqueçais disso.

Outrossim, cultivai as obras do espírito, porque só elas perdurarão até a eternidade. O Egito edificou pirâmides sobre os cadáveres dos seus escravos, e os Césares construíram cidades de mármore. De tudo, o que resta são apenas escombros, ruínas, pedras sobre pedras. Os povos antigos, o que nos legaram *não é a obra que a escravidão dos nativos executou, mas, da Grécia, o pensamento dos seus filósofos e, de Roma, a doutrina dos seus juristas*.²

Não olvideis que só o verdadeiro amor constrói. A lei antiga estabelecia a justiça comutativa como norma de conduta entre os homens, de que é exemplo a Lei do Talião: *olho por olho, dente por dente*. A cada violência deveria corresponder uma violência; à maldade, outra maldade; ao ódio, outro ódio. Quem paga com a mesma moeda não estabelece a justiça. Isso porque a paixão não nos deixa responder, na mesma medida, à violência, ao ódio, à maldade. Haverá sempre exacerbação de golpes e contragolpes, ampliando-se os litígios e as desavenças. Até mesmo responder ao amor com o amor é insuficiente, pois os colocará na dependência do amor dos outros e, por isso, será sempre tolhido, incerto e infecundo. O amor verdadeiro é o que não tem nenhum ódio a seu lado e, por isso, é a força e a medida de toda a existência: cultivai a solidariedade humana, amai a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a vós mesmos.³

Queridos Bacharelandos, escolheste a bela profissão jurídica. Para bem exercê-la é indispensável que tenhais fé na Justiça, porquanto, *como todas as divindades, só se manifesta àqueles que nela crêem*.⁴

Sabeis que a administração da justiça exige a presença de três profissionais, especializados nos estudos de Direito: o Juiz, o advogado e o membro do Ministério Público. Só funciona bem quando essas três peças fundamentais agem harmoniosamente, sem dolo, sem malícia, em nível ético.

¹ GUARDINI, Romano. *O SENHOR: Agir*, p. 339.

² DEODATO, Alberto. *Discurso de Parainfo*, 1958, Faculdade de Direito de Belo Horizonte, apud FONSECA, Dimas Ribeiro da. *Discursos e Outras Contravenções Literárias*, p. 90.

³ GUARDINI, Romano. Ob. cit, p. 83 a 85.

⁴ CALAMANDREI, Piero. *Eles, os Juizes, Vistos por Nós, os Advogados*. Livraria Clássica Editora, 4ª ed.

Diz sabiamente a lei que *não há hierarquia nem subordinação entre advogados, magistrados e membros do Ministério Público, devendo todos tratar-se com consideração e respeito recíprocos*.⁵ A propósito, lembra Piero Calamandrei que o Juiz que falta ao respeito ao advogado ou ao membro do Ministério Público ignora que a conduta dos três obedece “à lei dos líquidos em vasos comunicantes: não se pode baixar o nível de um sem baixar igualmente o nível do outro”, pois os defeitos de uns provocam “reação por parte dos outros”,⁶ observando o ilustre advogado Justino Vasconcelos: *no que ao respeito mútuo concerne, inexiste o mais alto: o respeito não desce de cima para baixo, não sobe de baixo para cima horizontalmente se manifesta sempre; - interligam-se de tal modo os três, que a elevação de um a todos enobrece, assim como o desrespeito a um a todos atinge*.⁷

Não cultiveis iras, ódios, prevenções e vinganças, pois, no foro, não há lugar para eles. *A Justiça não se desenvolve pela rudeza nem pelos ressentimentos. Controvérsia não é sinônimo de rixa pessoal*. Há de ser solucionada *na inteligência e na cultura e não no campo de batalha*. Os litigantes buscam *a justiça, que responde aos mais elevados anseios da alma humana*.⁸

Ensinava o notável João Monteiro, mestre de tantos mestres, que aquele que lida com a justiça deve ser probo, diligente e discreto: a probidade constituindo a boa fama e consciência, além das letras e suficiência; a diligência, compreendendo o estudo minucioso do caso; a discrição, o sigilo do que se soube em razão do ofício.⁹

Queridos Bacharelandos, o nosso Poder Judiciário tem sido muito criticado. Muitas falhas na administração da justiça têm vindo à tona. O sistema judiciário está no pelourinho já com as suas vísceras expostas. A imprensa e a população, com frequência, estão a estigmatizá-lo, recorrendo, com frequência, à calúnia e a expressões injuriosas.

Todas essas críticas, porém, afastados os seus excessos, devem ser bem recebidas, porquanto, na verdade, é preciso repensar o Poder Judiciário, como, também, o Legislativo e o Executivo. O mundo, nesta era da informática e da facilidade de comunicações, mudou com rapidez extraordinária: os fatos sucedem-se com velocidade impressionante, e as estruturas dos Poderes estatais ficaram superadas, havendo total descompasso entre a sua atuação e aquela exigida pela população. Isso tem ocorrido em todos os países e, nesse contexto, inclui-

⁵ Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, art. 60.

⁶ Ob. cit., p. 54 e 55.

⁷ PÁDUA RIBEIRO, Antônio de. *Advocacia e Relacionamento com a Magistratura e o Ministério Público*. Tese nº 12. VI Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. Salvador, outubro/1976.

⁸ BARRETO FILHO, Alberto Deodato Maia. *Relações entre Advogado, Magistrado e Membro do Ministério Público*. Revista da Faculdade de Direito, p. 265.

⁹ *Teoria Geral do Processo*, vol. I. Editor Borsoi, 1956, p. 239.

se o Poder Judiciário. Impõe-se, por isso, que, na adaptação aos novos tempos, adotem-se soluções urgentes para facilitar o acesso dos pobres à Justiça, que se criem institutos processuais para atender aos interesses gerais da coletividade, afastando do Direito legislado as normas reguladoras da função jurisdicional de caráter elitista, que se tomem, enfim, medidas em prol da efetiva cidadania.

Não se pode, contudo, olvidar que, como acontece nas relações entre Juízes, advogados e membros do Ministério Público, o relacionamento entre os três Poderes do Estado obedece, também, à regra dos vasos comunicantes: o aviltamento de um reflete negativamente no outro. O Poder Executivo, federal, estadual ou municipal, hoje em dia, gera, pela sua atuação desrespeitosa à Constituição e às leis, uma quantidade imensa de causas, sobrecarregando, desnecessariamente, o Judiciário: reluta em pagar os benefícios previdenciários, em reconhecer o direito dos aposentados, em devolver tributos declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal. A consequência disso é que ele se autodesmoraliza, estimulando, pela via oblíqua, a sonegação de tributos e a corrupção; ademais, o seu proceder sobrecarrega o Judiciário, que passa a ser usado, de forma pouco ética, para controle do seu fluxo de caixa em detrimento da população sedenta de justiça.

O Poder Legislativo, também, influi na atuação do Judiciário, que dele, na verdade, é um mero prolongamento: enquanto o primeiro edita as leis, que são normas gerais, o outro as aplica aos casos concretos. Quando as leis elaboradas são arcaicas, em defasagem com os anseios da coletividade, o Judiciário é atingido. Com frequência, os Juízes se vêem diante de normas que punem com mais rigor aqueles que praticam pequenas infrações criminais do que os ladrões públicos.

Nesse contexto, é de ter-se em conta que os defeitos do Judiciário estão levantados e algumas soluções, para tornar a justiça mais acessível e rápida, têm sido tomadas, como as recentes Leis dos Juizados Especiais e aquelas visando à desformalização do processo. De outra parte, a utilização da informática e a adoção de soluções alternativas dos litígios, como a arbitragem, a conciliação, a negociação e a utilização de Juízes leigos, têm sido estimuladas.

Tudo isso, no entanto, está a exigir a mudança de mentalidade e, especialmente, a criatividade. Trata-se de tarefa imensa, mas muito alvissareira. Ninguém melhor do que vós, queridos amigos, sem compromisso com antigas ortodoxias, superadas pelo tempo, para realizá-la com êxito. Por isso todos nós em vós confiamos e de vós esperamos que, no exercício da profissão que abraçastes, ireis contribuir no sentido de que o amanhã seja melhor do que o ontem.

Não vos deixeis contaminar pelos pensamentos derrotistas, nem permitais que as convicções dos nossos irmãos brasileiros sejam abaladas pelo sentimento de descrença na Justiça. Lembrai-vos de que o Judiciário, com todos os seus defeitos, é o único Poder que tem condições de fazer prevalecer a sua vontade,

a vontade da lei, sobre a dos potentados; é o único Poder que, de forma efetiva, tem meios para assegurar os direitos e liberdades públicas, quando conspurcados pelos governantes. Por isso mesmo, quando a democracia floresce, assume ele a sua verdadeira dimensão de tutor máximo da cidadania.

Procurai cada vez mais amar a nossa Pátria, a nossa terra, onde repousam as cinzas dos nossos ancestrais. Fazei-o sem qualquer propósito xenófobo: os estrangeiros que aqui vêm trabalhar e comungar com as nossas aspirações nacionais devem ser bem acolhidos e tratados como nossos concidadãos. O amor à Pátria não pode ser egoístico: amando-a, devemos concorrer para a harmonia universal. Dentro desses parâmetros, tende presente a significativa divisa da cidade de Joinville, em Santa Catarina: *Mea autem Brasiliae magnitudo.* (**A minha grandeza é também a grandeza do Brasil.**) Sede grandes na honra, grandes no espírito público, grandes na solidariedade humana. E que a vossa grandeza seja não só a grandeza do Brasil, mas a de toda a Humanidade.

Para alcançardes os vossos objetivos, trabalhai e lutai, e não vos detenhais. Não façais como os cartagineses, que, na sua marcha vitoriosa contra Roma, cometeram o erro de deter-se, prejudicando, em definitivo, a vitória dos seus exércitos. Tende presente este filosófico verso de Mário Quintana: *A vida é um incêndio:/ nela dançamos, salamandras mágicas/ Que importa restarem cinzas / se a chama foi bela e alta?*¹⁰

Ao encerrar, conclamo que mediteis sobre estas singelas reflexões, frutos da experiência de vida, e que sigais com o coração puro, sem medo de que a sorte vos ludibrie, pois mais pode que os azares a constância, a coragem e a virtude.¹¹

Recebei, amigos formandos e dignos familiares, os meus cordiais e efusivos cumprimentos neste dia tão significativo para todos nós. Que Deus a todos ilumine e proteja.

*Discurso proferido em 14 de dezembro de 1995, por ocasião da formatura de Glorinha - Centro de Convenções Ulisses Guimarães, Brasília – DF.

¹⁰ QUINTANA, Mário. *Esconderijo do Tempo*.

¹¹ BARBOSA, Rui. *Oração aos Moços*. Edições de Ouro. Editora Tecnoprint Ltda, p. 95-96.